



Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO

Processo nº 033/2026 – Pregão Eletrônico nº 018/2026 – SRP nº 012/2026

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Locação de Ambulância para Remoção Simples e Remoção em Ambulância UTI Adulto, Pediátrica e Neonatal, com Equipe Técnica Especializada

Aos 21 dias do mês de setembro de 2026, às 08h30, reuniu-se a Comissão de Contratação da FUSAM, composta por **Michele Ap. Gusmão Nelson**, Agente de Contratação/Pregoeira, **Julio Cesar da Silva** e **Gislaine Correa de Souza**, Equipe de Apoio, contando ainda com a participação da **Sra. Daiany Helena S. Dias**, Diretora Assistencial, na qualidade de representante da Equipe Técnica, para análise e julgamento da impugnação apresentada pela empresa **Pereira & Marcondes Transportes e Remoções Ltda.**, referente ao Pregão Eletrônico nº 018/2026 – SRP nº 012/2026.

I – DOS FATOS

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO ao Edital** apresentada pela empresa **Pereira & Marcondes Transportes e Remoções Ltda.**, recebida por meio da plataforma eletrônica em 21/08/2026, às 19h23, sendo que a sessão pública encontrava-se designada para o dia 26/08/2026, às 09h30.

Em síntese, a impugnante apresentou quatro questionamentos principais:

1. Adoção do **lote único**, requerendo o desmembramento dos serviços de remoção simples e de UTI em lotes distintos;
2. Existência de **divergências entre os valores** constantes dos documentos da fase de planejamento e aqueles constantes do Anexo X – Orçamento Estimado;
3. Exigência de posterior **apresentação física da proposta e dos documentos de habilitação pela empresa vencedora**; e
4. Existência de **erros materiais de remissão entre itens e subitens do Edital**.

Em razão da natureza técnica dos questionamentos, os autos foram inicialmente encaminhados à Diretoria Assistencial, que se manifestou por meio do Comunicado Interno – CI nº 135/2026, de 24/08/2026, especialmente quanto à manutenção do lote único.

O certame foi suspenso para possibilitar a análise integral da impugnação, a manifestação da área técnica e a apreciação jurídica, preservando-se a regularidade do procedimento e a segurança jurídica.

Submetida a matéria à análise jurídica, o parecer inicialmente emitido reconheceu a intempestividade da impugnação, porém procedeu à análise de seu mérito, manifestando-se pelo acolhimento parcial dos questionamentos, especialmente quanto à necessidade de correção das remissões internas do Edital e de uniformização dos valores constantes dos documentos da contratação.

Posteriormente, em manifestação complementar, a Procuradoria entendeu que a fundamentação então existente para a adoção do lote único necessitava de maior

AV. DR. PEREIRA DE MATTOS, 63, CENTRO – CAÇAPAVA/SP - PABX. (12) 3654-8800 - CEP: 12.281-450

LICITAÇÕES DIRETO: (12) 3654-8803 - licitacoes@fusam.com.br

Inscrição Municipal 6143 - CNPJ 50.453.703/0001-43





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

robustez, especialmente quanto à demonstração concreta de que a contratação agrupada não comprometeria a competitividade e a vantajosidade econômica e de que o fracionamento poderia acarretar prejuízos à eficiência da contratação ou riscos à segurança dos pacientes.

Diante dessa orientação, os autos foram novamente encaminhados à área requisitante para revisão do ETP e do TR, uniformização dos valores com a pesquisa oficial de mercado e complementação da justificativa técnica e mercadológica para eventual manutenção do lote único.

A área técnica procedeu às adequações solicitadas, promovendo a revisão dos documentos da fase preparatória, a uniformização dos valores e o aprofundamento da fundamentação referente à contratação em lote único.

Após as adequações, os autos retornaram à Procuradoria Jurídica, que, em novo parecer, considerou suprida a necessidade de complementação da fundamentação relativa ao lote único e manifestou-se pelo improvimento da impugnação especificamente quanto a esse ponto, mantendo-se as demais conclusões anteriormente apresentadas.

II – DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação foi protocolada em 21/08/2026, às 19h23, para sessão pública então designada para 26/08/2026, às 09h30.

Conforme entendimento consignado nos autos e ratificado na análise jurídica, a manifestação foi apresentada **fora do prazo estabelecido para impugnação**.

Todavia, considerando a relevância das matérias suscitadas e visando resguardar a legalidade, a segurança jurídica, a transparência e o interesse público, optou-se pela **análise integral do mérito dos questionamentos**, sem que tal apreciação implique reconhecimento da tempestividade da impugnação.

III – DOS PEDIDOS

A impugnante requer, em síntese, o acolhimento da impugnação para:

- a) desmembrar o lote único, separando os serviços de suporte básico e de suporte avançado;
- b) sanar as divergências de valores apontadas nos documentos da contratação;
- c) excluir a exigência de apresentação física de proposta e documentos de habilitação;
- d) corrigir as remissões internas equivocadas constantes do Edital; e
- e) promover posterior republicação do instrumento convocatório.

IV – DA ANÁLISE

Após a análise dos argumentos apresentados pela impugnante, das manifestações da área requisitante, das adequações realizadas nos documentos da fase preparatória e dos pareceres jurídicos emitidos, passa-se ao exame individualizado dos questionamentos.

1. DA ADOÇÃO DO LOTE ÚNICO

A impugnação mostra-se IMPROCEDENTE quanto a este ponto.





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

O Edital estabelece o critério de julgamento pelo **menor valor por lote único**, sendo o objeto composto por 17 itens relacionados aos serviços de remoção simples, UTI Adulto, Pediátrica e Neonatal e respectivas horas de parada, que, embora individualmente discriminados para composição dos preços, integram um único lote para fins de disputa e julgamento.

Inicialmente, por meio da **CI nº 135/2026, de 24/08/2026**, a Diretoria Assistencial justificou a contratação integrada em razão da necessidade de integração operacional, disponibilidade contínua, padronização dos procedimentos e protocolos, centralização das responsabilidades e segurança na assistência aos pacientes.

Contudo, em manifestação jurídica complementar, entendeu-se necessária a apresentação de fundamentação técnica e mercadológica mais robusta, com elementos concretos capazes de demonstrar que a contratação em lote único não comprometeria a ampla concorrência ou a vantajosidade econômica e que eventual fragmentação poderia ocasionar prejuízos à eficiência da contratação ou à segurança dos pacientes.

Em cumprimento à orientação jurídica, os autos retornaram à área requisitante, que revisou o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência e complementou a fundamentação técnica e mercadológica.

O ETP revisado passou a contemplar levantamento de mercado, com identificação de empresas potencialmente aptas a executar integralmente o objeto, além das empresas participantes da pesquisa de preços, buscando demonstrar a existência de mercado capaz de atender à contratação nos moldes propostos.

A área técnica também aprofundou os fundamentos relacionados à necessidade de execução integrada dos serviços, considerando aspectos de continuidade operacional, coordenação das remoções, centralização de responsabilidades, padronização dos procedimentos e segurança dos pacientes, especialmente diante dos diferentes níveis de complexidade envolvidos.

Após a complementação, os autos foram novamente submetidos à Procuradoria Jurídica, que considerou atendida a diligência e reconheceu que a nova instrução apresentou justificativa técnica complementada e estudo de mercado apto a sustentar a manutenção da contratação em lote único, manifestando-se, portanto, pelo **IMPROVIMENTO** da impugnação quanto a esse ponto.

Dessa forma, diante da complementação da instrução e da manifestação jurídica final, julga-se **IMPROCEDENTE** o pedido de desmembramento do objeto, mantendo-se o julgamento pelo **menor valor por lote único**.

2. DA DIVERGÊNCIA DOS VALORES

A impugnação mostra-se **PROCEDENTE** quanto a este ponto, encontrando-se a inconsistência devidamente saneada.

A impugnante identificou divergências entre os valores constantes do ETP, TR e Anexo X – Orçamento Estimado.

Inicialmente, verificou-se que os valores existentes nos documentos da fase de planejamento possuíam caráter preliminar, enquanto o Anexo X refletia o resultado da pesquisa formal de mercado realizada pelo setor competente.

Entretanto, submetida a matéria à Procuradoria Jurídica, houve orientação para que os valores fossem **uniformizados entre os documentos da contratação**, de modo a

mg

AV. DR. PEREIRA DE MATTOS, 63, CENTRO – CAÇAPAVA/SP - PABX. (12) 3654-8800 - CEP: 12.281-450

LICITAÇÕES DIRETO: (12) 3654-8803 - licitacoes@fusam.com.br

Inscrição Municipal 6143 - CNPJ 50.453.703/0001-43





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

eliminar divergências e assegurar clareza, coerência e segurança na instrução processual.

Em atendimento à orientação, os autos foram devolvidos à área requisitante, que promoveu a revisão e adequação do ETP e do TR aos valores resultantes da pesquisa oficial de mercado, passando os documentos a refletir o valor estimado de R\$ 88.549,81 (oitenta e oito mil, quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos) mensais, correspondente ao valor estimado anual de R\$ 1.062.597,79 (um milhão, sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos).

Dessa forma, julga-se **PROCEDENTE** o apontamento quanto à divergência de valores, registrando-se que a Administração promoveu o devido saneamento mediante revisão e uniformização do ETP e do TR com os valores resultantes da pesquisa oficial de mercado.

3. DA APRESENTAÇÃO FÍSICA DOS DOCUMENTOS

A impugnação mostra-se **IMPROCEDENTE** quanto a este ponto.

O procedimento estabelece inicialmente a apresentação dos documentos de habilitação pela plataforma eletrônica, após a fase de lances e aceitação dos preços, sendo a apresentação física exigida posteriormente da empresa vencedora para composição e continuidade da instrução administrativa.

A exigência foi justificada pelas atuais condições administrativas e operacionais da Fundação, que mantém a **tramitação física de seus processos administrativos**, sendo necessária a juntada documental para composição integral dos autos e atendimento às rotinas de controle interno.

Além disso, o sistema eletrônico atualmente utilizado não possui integração plena com todos os setores internos responsáveis pelas etapas posteriores de habilitação e contratação, circunstância considerada pela Administração na manutenção da apresentação física.

Ressalta-se que a exigência ocorre posteriormente à apresentação eletrônica pela empresa vencedora, não impondo aos demais participantes entrega antecipada de documentação física e não impedindo sua participação na disputa eletrônica.

A matéria foi submetida à Procuradoria Jurídica, que não identificou impedimento jurídico à manutenção da exigência nas condições justificadas pela Administração, razão pela qual permanece a obrigação prevista no instrumento convocatório.

Assim, julga-se **IMPROCEDENTE** o pedido de exclusão da exigência de apresentação física da documentação, mantendo-se a disposição constante do instrumento convocatório.

4. DAS REMISSÕES INTERNAS DO EDITAL

A impugnação mostra-se **PROCEDENTE** quanto a este ponto.

Durante a análise da impugnação, procedeu-se à conferência detalhada das referências apontadas, constatando-se a existência de **erros materiais de remissão entre determinados itens e subitens do instrumento convocatório**.

Foram promovidas as correções pertinentes, abrangendo referências relacionadas à apresentação da proposta escrita, aos documentos e prazos da habilitação, aos recursos e contrarrazões e aos modelos e declarações integrantes dos anexos.



Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

As correções possuem natureza material e tiveram por finalidade tornar o Edital mais claro, preciso e coerente, sem alterar o objeto, o critério de julgamento, os quantitativos, as especificações técnicas ou as condições essenciais da contratação.

A Procuradoria Jurídica também reconheceu a pertinência do saneamento realizado.

Portanto, julga-se **PROCEDENTE** o apontamento referente às remissões internas do Edital, registrando-se que os erros materiais identificados foram devidamente corrigidos no instrumento convocatório.

V – DA DECISÃO

Diante de todo o exposto, considerando os argumentos apresentados pela impugnante, as manifestações da área requisitante, os pareceres jurídicos emitidos, as diligências realizadas e as adequações promovidas nos documentos da fase preparatória e no instrumento convocatório, a Comissão de Contratação **DECIDE NÃO CONHECER DA IMPUGNAÇÃO, EM RAZÃO DE SUA INTEMPESTIVIDADE.**

Não obstante, considerando que as matérias suscitadas foram integralmente examinadas pela Administração, por cautela administrativa e em atenção ao interesse público, **quanto ao mérito dos questionamentos apresentados, conclui-se pela PROCEDÊNCIA PARCIAL**, nos seguintes termos:

I – LOTE ÚNICO: IMPROCEDENTE. Mantém-se o julgamento pelo **menor valor por lote único**, diante da fundamentação técnica e mercadológica complementada pela área requisitante e posteriormente considerada suficiente pela Procuradoria Jurídica;

II – DIVERGÊNCIA DE VALORES: PROCEDENTE. Reconhece-se a necessidade de saneamento da divergência anteriormente existente, tendo a Administração promovido a **revisão e uniformização dos valores** constantes do ETP e do TR com aqueles resultantes da pesquisa oficial de mercado, encontrando-se a inconsistência devidamente corrigida;

III – APRESENTAÇÃO FÍSICA DA DOCUMENTAÇÃO: IMPROCEDENTE. Mantém-se a exigência de apresentação física posterior pela empresa vencedora, diante das justificativas administrativas apresentadas e da manifestação jurídica constante dos autos;

IV – REMISSÕES INTERNAS DO EDITAL: PROCEDENTE. Reconhece-se a existência de erros materiais de remissão entre itens e subitens do instrumento convocatório, os quais foram devidamente corrigidos pela Administração.

Dessa forma, embora a impugnação não seja conhecida em razão de sua intempestividade, seu conteúdo foi integralmente examinado pela Administração, concluindo-se, quanto ao mérito dos questionamentos, pela **PROCEDÊNCIA PARCIAL**, especificamente quanto à **divergência de valores** e às **remissões internas do Edital**, ambas devidamente saneadas, e pela **IMPROCEDÊNCIA** quanto ao pedido de **desmembramento do lote único** e à **exclusão da exigência de apresentação física da documentação**. Permanecem, portanto, mantidos o critério de julgamento pelo

AV. DR. PEREIRA DE MATTOS, 63, CENTRO – CAÇAPAVA/SP - PABX. (12) 3654-8800 - CEP: 12.281-450

LICITAÇÕES DIRETO: (12) 3654-8803 - licitacoes@fusam.com.br

Inscrição Municipal 6143 - CNPJ 50.453.703/0001-43





Município de Caçapava

ESTADO DE SÃO PAULO

menor valor por lote único e a exigência de posterior apresentação física da documentação pela empresa vencedora observadas as correções e adequações promovidas durante a análise da impugnação.

Considerando as alterações efetuadas nos documentos da fase preparatória e no instrumento convocatório, deverão ser adotadas as providências administrativas e de publicidade necessárias ao regular prosseguimento do certame, observadas as orientações constantes dos pareceres jurídicos juntados aos autos.

Determina-se a juntada desta decisão aos autos, bem como a divulgação da resposta pelos meios pertinentes para conhecimento dos interessados.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos membros responsáveis.


Michele Gusmão

Agente de Contratação/Pregoeira

Equipe de Apoio


Julio Cesar da Silva

Equipe de Apoio


Gislaine Correa de Souza

Equipe de apoio

Equipe Técnica


Daiany Helena S. Dias

Diretora Assistencial

Autoridade Competente


Marcela Aparecida da Silva França

Presidente

Marcela Aparecida da Silva França

Presidente

AV. DR. PEREIRA DE MATTOS, 63, CENTRO – CAÇAPAVA/SP - PABX. (12) 3654-8800 - CEP: 12.281-450

LICITAÇÕES DIRETO: (12) 3654-8803 - licitacoes@fusam.com.br

Inscrição Municipal 6143 - CNPJ 50.453.703/0001-43

